**Setembro de 2026**

# Relatório de Progresso do Governo do Inquérito da Torre Grenfell: Resumo Atualizado

Publicado em 10 de setembro de 2026

## Índice


Visão Geral ..... 2

Introdução ..... 2

Cronograma de entrega ..... 2

Atualização sobre reforma mais ampla ..... 2

- Remediação ..... 2
- Reformas da habitação social ..... 3
- Transparência e supervisão ..... 4

Resumo atualizado sobre recomendações ..... 5

- A indústria da construção ..... 5
  - Regulador único de construção ..... 5
  - Reforma de produtos de construção ..... 6
  - Documentos aprovados ..... 6
  - Avaliadores de risco de incêndio ..... 6
  - Engenheiros de incêndio ..... 7
- Serviços de combate a incêndios e salvamento ..... 7
  - Faculdade de Bombeiros e Salvamento ..... 7
  - Orientação, formação e apoio a nível nacional ..... 7
- Resposta e recuperação ..... 7

## Visão Geral

| Tema | Número de recomendações | Em curso | Concluído |
|---|---|---|---|
| A indústria da construção | 28 | 19 | 9 |
| Serviços de combate a incêndios e salvamento | 13 | 4 | 9 |
| Resposta e recuperação | 14 | 7 | 7 |
| Pessoas vulneráveis e recomendações da Fase 1 | 6 | 1 | 5 |
| **Total** | **61** | **31** | **30** |

## Introdução

Esta é a sexta atualização de progresso do governo sobre as recomendações da Fase 2 do Inquérito da Torre Grenfell.

Desde o último relatório de progresso em maio de 2026, concluímos mais 9 recomendações.

Mantemos o compromisso de agir sobre todas as 58 recomendações da Fase 2 e às 3 recomendações restantes da Fase 1, e abordar as conclusões do Inquérito.

## Cronograma de entrega

Continuamos a esperar que todas as recomendações sejam implementadas até ao final de 2029. Isto deve-se ao facto de algumas ações exigirem nova legislação a ser introduzida no Parlamento. A entrega está em curso nas recomendações restantes.

O cronograma de implementação foi atualizado para refletir os nossos mais recentes marcos e planos de entrega.

## Atualização sobre reforma mais ampla

## Remediação

O Ministério da Habitação, Comunidades e Governo Local (MHCLG) monitoriza o progresso da remediação de edifícios residenciais com mais de 11 metros de altura e com revestimento inseguro. No final de julho de 2026, o MHCLG estava a monitorizar 4.697 desses edifícios.

Estima-se que este valor represente entre 64% e 81% dos edifícios residenciais com mais de 11 metros de altura que se prevê que venham a ser incluídos nos programas de remediação do MHCLG.

No geral, os trabalhos de remediação foram iniciados em 2.551 edifícios (54% dos edifícios monitorizados). Destes, foram concluídas as obras de remediação em 1.833 edifícios (39% dos edifícios monitorizados).

Isto inclui o progresso em:

- edifícios de grande altura (mais de 18 metros de altura)
- edifícios de média altura (entre 11 e 18 metros de altura)

## Reformas da habitação social

Concluímos a nossa análise do "Direito de Gestão" e estamos a ponderar a introdução de reformas no quadro regulamentar do "Direito de Gestão", com o objetivo de reforçar os direitos dos residentes, melhorar a prestação de contas e modernizar o quadro que rege a gestão da habitação social pelos próprios residentes. Entre as áreas a explorar contam-se medidas de fiscalização rigorosas em caso de má gestão grave que coloque em risco a segurança dos residentes. Continuaremos a dialogar com os residentes, os senhorios e os órgãos representativos e forneceremos mais pormenores sobre as reformas na devida altura.

Estamos a tomar uma série de outras medidas para apoiar os prestadores de habitação social a trabalhar com os inquilinos para melhorar a qualidade dos seus serviços de habitação e envolvimento com os inquilinos. O Fundo de Inovação para Habitação Social (Social Housing Innovation Fund) disponibilizou £2 milhões em financiamento por subvenção a 20 organizações para desenvolver e testar abordagens inovadoras ao envolvimento dos residentes. Continuamos a acompanhar a eficácia dos projetos e partilharemos as conclusões como exemplos de boas práticas, para que os modelos bem-sucedidos possam ser adotados de forma mais generalizada.

A Subsecretária de Estado Parlamentar, Baronesa Taylor, organizou uma mesa redonda com representantes de inquilinos, senhorios e do setor para explorar como os inquilinos, os senhorios sociais e o governo podem trabalhar em conjunto para combater o estigma que alguns residentes enfrentam.

O envolvimento dos inquilinos é uma parte importante do nosso trabalho para garantir que as vozes dos residentes sejam ouvidas à medida que são tomadas decisões sobre a política de habitação social. Algumas das formas como estamos a envolver os residentes incluem:

- um Fórum de Partes Interessadas Residentes de habitação social
- o nosso Painel de Residentes

Neste trimestre, o Painel de Residentes participou em debates que exploraram formas de dar aos residentes mais controlo sobre os seus serviços de habitação, os direitos dos

senhorios de aceder aos imóveis para inspeções de segurança e as taxas de serviços em todos os tipos de arrendamento.

Já nos comprometemos anteriormente a alargar o âmbito de aplicação da Lei da Liberdade de Informação de 2000 às Organizações de Gestão de Inquilinos (TMOs). Isto destina-se a reforçar a transparência e a responsabilização ao garantir que os inquilinos das TMOs tenham os mesmos direitos estatutários de acesso a informações sobre a gestão da sua habitação que os outros inquilinos de autoridades locais. Realizámos recentemente uma consulta direcionada sobre as propostas diretamente com as TMOs, que encerrou em 8 de maio de 2026. Iremos analisar cuidadosamente as respostas da consulta antes de definir os próximos passos.

O governo está comprometido em manter sob revisão o sistema regulatório e de reparação para o setor de habitação social e, como parte deste compromisso, encomendou uma avaliação de 4 anos das reformas recentes concebidas para melhorar a qualidade das casas sociais e capacitar os inquilinos sociais. A avaliação baseará em uma ampla gama de dados departamentais e do setor para analisar e reportar sobre a eficácia das reformas implementadas pelo governo e quão impactantes estas têm sido para os inquilinos.

## Transparência e supervisão

Em consonância com as recomendações formuladas pelas comissões de inquéritos sobre a Torre de Grenfell e do Sangue Infetado, bem como pela Comissão de Inquéritos Legislativos da Câmara dos Lordes, concordamos que o Parlamento tem um papel importante a desempenhar na supervisão da forma como o governo implementa as recomendações resultantes desses inquéritos.

A Comissão da Administração Pública e dos Assuntos Constitucionais (PACAC) está atualmente a analisar a forma como o Parlamento poderia desempenhar esta função. A Comissão recebeu depoimentos por escrito de:

- Carl Macrae, professor de Comportamento Organizacional e Psicologia na Universidade de Nottingham, e Charles Vincent, professor de Psicologia na Universidade de Oxford e professor emérito de Segurança Clínica no Imperial College London
- INQUEST
- Governo do Reino Unido – Gabinete do Governo
- A Associação de Hemofilia
- O Sr. Keith Conradi, antigo Inspetor-Chefe do Departamento de Investigação de Acidentes Aéreos e Investigador-Chefe do Departamento de Investigação de Segurança na Saúde

- Professor Andrew Williams, professor de Direito na Universidade de Warwick e responsável pelo projeto "Reimagining Public Inquiry"
- Hleb Buziuk, investigador independente na área das políticas públicas e da governação
- Dra. Emma Ireton, Professora Associada de Direito na Faculdade de Direito de Nottingham, Universidade de Nottingham Trent

Além disso, ouviu os depoimentos orais de:

- Sir Brian Langstaff, presidente da Comissão de Inquérito sobre o Sangue Infetado, e Jenni Richards KC, advogada da Comissão de Inquérito sobre o Sangue Infetado
- Lord Norton, presidente da Comissão de Inquéritos Legais
- Professor Andrew Williams, responsável pelo projeto "Reimagining Public Inquiry"
- Rosanna Ellul, Responsável pelas Políticas e Assuntos Parlamentares, INQUEST

O inquérito da PACAC continua e deverá concluir-se no início de 2027.

## Resumo atualizado sobre recomendações

Esta secção apresenta um resumo atualizado do trabalho realizado com vista à elaboração de recomendações desde o relatório intercalar de maio de 2026. Está agrupada pelos temas utilizados pelo Inquérito.

Encontre informações atualizadas e detalhadas sobre todas as recomendações:

- a indústria da construção
- serviços de bombeiros e salvamento
- resposta e recuperação
- pessoas vulneráveis e recomendações da Fase 1

## A indústria da construção

### Regulador único de construção

Em janeiro de 2026, o Regulador de Segurança de Edifícios (BSR)foi estabelecido como um novo organismo independente, sob a égide do Ministério da Habitação, das Comunidades e do Governo Local. Em junho de 2026, transferimos formalmente o pessoal para o novo organismo independente, concluindo assim a transição total da BSR para fora da Autoridade de Saúde e Segurança. Este é um passo importante no sentido de implementar a recomendação do Inquérito no sentido de reduzir a fragmentação no setor da construção, através da criação de uma Autoridade Reguladora Única da Construção.

A 17 de dezembro de 2025, publicámos o Prospecto da entidade reguladora única do setor da construção: documento de consulta. O prospeto confirmou o compromisso do governo com a recomendação do Inquérito e definiu a nossa ambição de ir além disso à medida que implementamos o regulador único. A consulta do prospeto encerrou a 20 de março de 2026. Publicámos a resposta do governo à consulta sobre o prospeto a 9 de julho de 2026.

**Reforma de produtos de construção**

A consulta sobre o Livro Branco relativo à reforma dos produtos de construção foi encerrada em maio, tal como a consulta sobre o Requisito Geral de Segurança para os Produtos de Construção, destinado a regulamentar os produtos que não estão atualmente abrangidos pelo regime em vigor para os produtos de construção.

Estamos a trabalhar na análise das respostas à consulta, com o objetivo de orientar e aperfeiçoar as propostas de reforma, incluindo a forma como o Governo tenciona avançar com os trabalhos para dar resposta às recomendações 13, 14 e 24 do Inquérito. Tencionamos publicar as respostas do Governo a ambas as consultas ainda este ano e apresentar legislação assim que o calendário parlamentar o permitir.

**Documentos aprovados**

A consulta do Regulador da Segurança dos Edifícios sobre as alterações ao Documento B Aprovado terminou a 1 de julho de 2026. Foram recebidas mais de 500 respostas, o que representa mais do dobro do número de respostas recebidas na consulta sobre segundas escadas. O Regulador da Segurança dos Edifícios está agora a analisar as respostas, que servirão de base às recomendações para futuras alterações ao Documento B Aprovado.

Por outro lado, prosseguem os trabalhos relativos às orientações da Revisão Fundamental dos Regulamentos de Construção, que estão a analisar de que forma os Documentos Aprovados e outras orientações legais podem ser melhorados.

**Avaliadores de risco de incêndio**

Estamos a avançar com a implementação da recomendação n.º 26 do Inquérito sobre a Torre Grenfell, através da elaboração de propostas para introduzir a acreditação obrigatória dos avaliadores de risco de incêndio. Na sequência do encerramento do processo de consulta em junho de 2026, estamos a analisar as respostas e a elaborar políticas que servirão de base à futura legislação primária, sujeita ao calendário parlamentar, a qual estabelecerá requisitos de competência verificados de forma independente e apoiará um quadro profissional mais coerente para o setor. Será publicada uma resposta do Governo durante o 4.º trimestre (outubro a dezembro), na qual serão apresentadas a nossa abordagem e os próximos passos.

### Engenheiros de incêndio

Já criámos e começámos a trabalhar com o Conselho de Transição dos Engenheiros de Proteção contra Incêndios, que prestará apoio e aconselhamento especializado ao MHCLG durante a próxima fase da reforma da profissão de engenheiro de proteção contra incêndios.

Em apoio à recomendação n.º 16, estão atualmente disponíveis £ 13 milhões para as instituições de ensino superior do Reino Unido, através de um processo concorrencial aberto, com o objetivo de aumentar a capacidade dos profissionais da engenharia de incêndios. Os vencedores do prémio terão como missão utilizar os fundos para ampliar a oferta de ensino superior, conceder bolsas de estudo para cursos de mestrado e reforçar a investigação e a capacidade académica na área da engenharia de incêndios.

## Serviços de combate a incêndios e salvamento

### Faculdade de Bombeiros e Salvamento

Realizámos uma consulta pública sobre a Escola de Bombeiros e Salvamento entre 20 de maio e 15 de julho de 2026 e contactámos várias partes interessadas importantes durante o período de consulta para debater pontos-chave relacionados com os objetivos, o âmbito de atuação e a estrutura da escola. Estamos agora a concentrar-nos na análise das respostas à consulta, no desenvolvimento de políticas a incluir na resposta formal do governo à consulta e no planeamento da implementação da instituição de ensino superior.

### Orientação, formação e apoio a nível nacional

Desde o último relatório de progresso, foram implementadas mais 5 recomendações dos serviços de bombeiros e salvamento. O processo de aprendizagem operacional revisto da Brigada de Bombeiros de Londres foi atualizado e submetido a uma revisão por pares independente. O Conselho Nacional de Comandantes dos Bombeiros (NFCC) publicou orientações operacionais atualizadas e materiais de formação de apoio sobre a utilização das comunicações por rádio, a tomada de decisões e os sistemas de abastecimento de água, contribuindo para garantir que os bombeiros estejam mais bem preparados para intervir com segurança e eficácia em incidentes complexos. Continuámos também a apoiar a implementação em todo o setor através de workshops de orientação operacional, tendo sido realizados 48 workshops nos últimos 18 meses.

## Resposta e recuperação

O governo tem registado bons progressos na implementação das recomendações relacionadas com a resposta e a recuperação. Desde o último relatório de progresso, o governo concluiu e cumpriu na íntegra as recomendações n.º 42 e 44. Os ministros do

Gabinete do Governo tomaram uma decisão sobre as formas de reforçar a intervenção quando um agente de resposta da Categoria 1 não está a reagir de forma adequada, e também apresentámos aos agentes de resposta locais um programa destinado a atualizar as orientações em matéria de resiliência.

Até à data, partilhámos uma versão atualizada do projeto de Normas Nacionais de Resiliência para consulta, incorporámos uma nova Norma relativa aos Aspetos Humanos e reforçámos as orientações relativas às parcerias com os setores do voluntariado, da comunidade e das organizações religiosas. Ao fazê-lo, também recorremos aos dados da Avaliação Nacional de Capacidades de 2026 para aperfeiçoar as considerações de carácter humanitário.

Além disso, o governo criou cinco áreas "Stronger LRF Trailblazer", lideradas por Diretores de Resiliência, testou com sucesso um novo protocolo nacional de revisão por pares do LRF, concebido em colaboração, cuja publicação está prevista para o terceiro trimestre (julho a setembro) de 2026, e deu início aos trabalhos para avaliar medidas não regulamentares e atualizar os protocolos relativos às intervenções governamentais. Estas conquistas vêm complementar iniciativas mais amplas do Governo do Reino Unido em matéria de resiliência, incluindo a próxima campanha de comunicação pública, cujo lançamento está previsto para o final deste ano, com o objetivo de reforçar a preparação das famílias e das comunidades, a par do convite oficial à apresentação de opiniões sobre a Lei das Contingências Civis, destinado a recolher dados para a sua revisão após a implementação.